



I Seminário

CNA FISCAL

Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNAE-Fiscal

Novo degrau na padronização nacional

Padronização nacional com a CNAE - duas fases

1ª fase: implementação no sistema estatístico e nos cadastros e registros da administração pública federal

2ª fase: avanço da padronização com a CNAE-Fiscal em direção às administrações estaduais e municipais

Desafios iniciais para a extensão da padronização nas esferas estaduais e municipais

- tamanho e divisão político-administrativa do país
- diversidade de situações regionais: diferenças de tamanho, níveis de desenvolvimento e base econômica
- diversidade de interesses entre órgãos e esferas de governo

Desafios iniciais para a extensão da padronização nas esferas estaduais e municipais

(continuação)

- diversidade de estratégias na organização administrativa
- diversidade no estágio de amadurecimento do papel da classificação de atividades econômicas
- predominância de trabalho dos gestores dos cadastros nas três esferas e ausência de projetos de integração

Ainda mais:

Falta de tradição na aproximação entre o IBGE e os órgãos das esferas estadual e municipal na discussão da classificação das atividades econômicas

Projeto Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ

oportunidade de ampliar o movimento de padronização dos códigos de atividades para as esferas estadual e municipal em 1977

CNPJ

Âmbito: Administração tributária da União, Estados e Municípios das capitais e Instituto Nacional de Seguridade Social

Objetivo: unificação dos procedimentos de cadastramentos manutenção do cadastro dos contribuintes pessoa jurídica

Elemento importante: o tratamento do código de atividades

O caminho para a padronização

1ª etapa: julho / setembro 1997

Conhecimento da CNAE pelos gestores dos cadastros tributários de Estados e Municípios de capitais

Participação:

IBGE

Administração Tributária das 3 esferas (62 técnicos)

2ª etapa: setembro / novembro 1997

Definição da estratégia para padronização dos códigos de atividades na administração tributária

Participação:

IBGE

Administração Tributária (SRF + 21 Estados + 14 Municípios de capitais)

INSS

Mapeamento dos problemas comuns em relação ao uso da CNAE

Principal questão: nível de detalhamento das atividades

Estratégia acordada

Adoção da CNAE adaptando-a às necessidades de atuação dos órgãos estaduais e municipais por meio de detalhamento das subclasses CNAE-Fiscal para uso específico da administração tributária

3ª etapa - Especificação das subclasses CNAE-Fiscal

Composição do Grupo de Trabalho:

SRF (Coordenação)

IBGE (Assessoramento técnico)

Administração tributária estadual e de municípios de capitais

Período:

dezembro de 1997 a maio de 1998

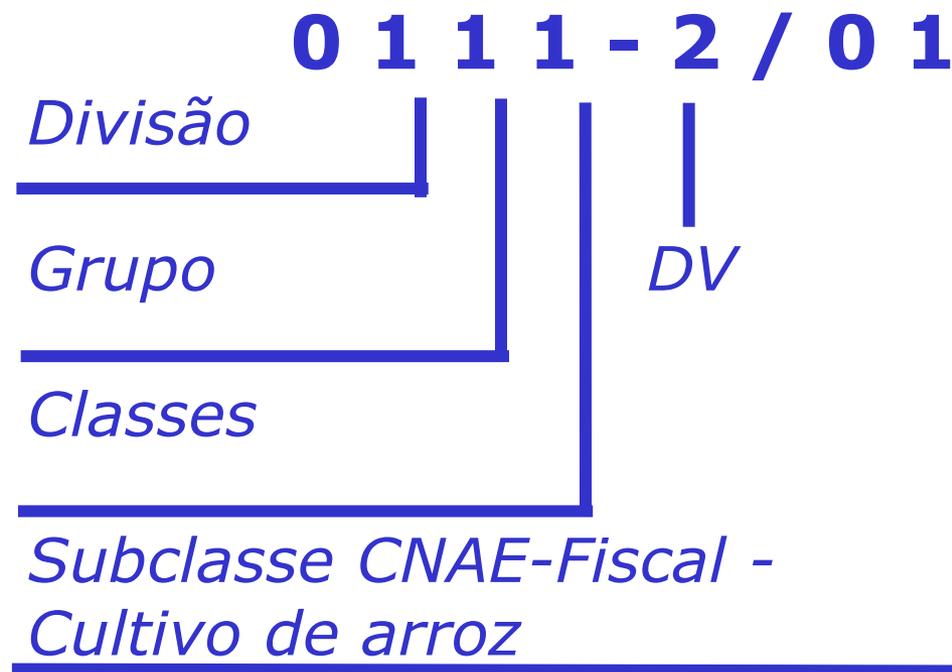
Resultado:

versão original da CNAE-Fiscal:

Nível de detalhamento: 1094 subclasses

oficialização: Resolução Concla nº 1 de
25/06/1998

Formação do código CNAE-Fiscal



Principais critérios no detalhamento da CNAE-Fiscal

1. Identificação de atividades em impostos ou alíquotas diferenciadas
2. Visibilidade de atividades com interesse de acompanhamento para estudos sobre a base contributiva

Classes CNAE

Subclasses CNAE-Fiscal

Versão original

564

1094

1146

Versão 1.0

581

1183